



PCS acaba em dezembro. Em 2009, reajuste só com luta

O último reajuste de tabela salarial decorrente do PCS será incorporado aos salários do Judiciário Federal em dezembro. Daí para a frente, é reajuste zero até que conquistemos outro. Muitos colegas novos que ingressaram por concurso nos últimos anos, atraídos pela tabela salarial do Judiciário, não tem idéia de como nossa categoria conquistou esta condição. Para cada PCS, conquistado, tivemos que fazer uma grande greve nacional. A primeira foi em 1996, quando nossos salários começaram a melhorar. Os efeitos financeiros vieram parcelados em quatro anos. Depois fizemos greve em 2000, 2001 e 2002 para conquistarmos o PCS de 2002. Em 2006 tivemos que fazer greve novamente para conquistar a atual tabela que termina de ser implementada em dezembro. Por isso, ao mesmo tempo em que discutimos o conteúdo do Plano de Carreira, que deve ser mais que uma tabela salarial, mas que também deve contemplar atualização de valores para fazer frente às altas dos preços de tudo, devemos discutir também a preparação para uma greve no ano que vem. Se não precisar, melhor. A História nos mostra, porém, que, até hoje, sem greve o reajuste é ZERO.

Congresso irá discutir propostas de SC para Carreira

Atividade foi aprovada no Seminário Estadual em Florianópolis. Trabalhadores devem eleger delegados até o dia 14 de outubro

SAÚDE

Trabalhadores do TRT fora da Capital reclamam da GEAP

Coordenação do Sindicato reuniu-se com o superintendente da Fundação para discutir problemas



O jornal **O GRITO** é o informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina

Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, edifício Jorge Daux - Centro - CEP 88010-560 - Florianópolis (SC)

Fone/Fax: (48) 222-4668

Site: www.sintrajusc.org.br

E-mail: imprensa@sintrajusc.org.br

Diretoria:

COORDENADORES GERAIS: Robak Barros; Paulo Roberto Koiniski; Denise M.S. Zavarize

COORDENADORES DE FINANÇAS E PATRIMÔNIO: Manoel Prazeres (Aposentado); Ivo Ney Rodrigues Demaria (licenciado).

COORDENADORES DE CULTURA, PROMOÇÃO SOCIAL E ESPORTE: Adriana Maria Ramos; Luiz Carlos M. de Oliveira.

COORDENADORES DE COM. E IMPRENSA: Maria Lúcia Lemos Haygert (licenciada); Angela Albino (licenciada).

COORDENADORES JURÍDICOS: Maria Aparecida Ferrari; Laércio Flávio Bonamigo.

COORDENADORES DE FORM. SINDICAL: Neila Ávila de Souza.

COORDENADORES REGIONAIS: Região Sul: Perpétua Matildes de Jesus (Aposentada) - Região do Vale de Itajaí: Laurina Maas - Região Norte: Marlene Luciano - Região Oeste: Maria Clélia Lanus Crestani - Região do Planalto: Silvana Liczbinski

CONSELHO EDITORIAL: Caio Teixeira, Denise Zavarize, Manoel Prazeres e Robak Barros

Textos, Diagramação e Edição:

Miriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)

Projeto Gráfico: Letra Editorial

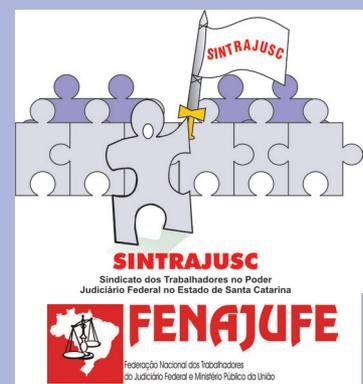
Logomarca do Sintrajusc: Paulo Laitano

Impressão: Grafinoorte - Tiragem: 2.600 - Os artigos assinados são de responsabilidade dos autores.

Colabore com nosso jornal

Escreva para:

imprensa@sintrajusc.org.br (Os artigos enviados não poderão exceder 2.500 caracteres e serão publicados na página 3). Receberemos os artigos até o dia 20 de cada mês.



EDITORIAL

Hora de definir o caminho da luta

Depois de seis Seminários Regionais realizados pelo SINTRAJUSC (Chapecó, Criciúma, Joinville, Blumenau, Lages e Florianópolis) e um Estadual, a discussão sobre o Plano de Carreira será levada para um Congresso marcado para outubro. Mais uma vez os trabalhadores irão deliberar sobre como deve ser o caminho para o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores dentro do Judiciário Federal.

A base da Fenajufe desencadeou um processo nacional que, em 2009, irá mobilizar os servidores na ativa e aposentados. A luta pelo Plano de Carreira coincide com o pagamento da última parcela do PCS3 e representa um avanço fundamental em relação ao Plano conquistado depois da luta travada em 2006. A Federação já encaminhou à direção geral do STF ofício indicando o nome do representante para integrar a comissão interdisciplinar que, no Supremo, irá elaborar a proposta de Plano de Carreira.

Uma série de indícios revela que está em preparo uma mudança profunda no modo de se pensar a prestação jurisdicional. As mudanças estão ancoradas numa lógica de mercado que irá produzir efeitos perversos na vida dos trabalhadores. Nos Seminários Regionais, por exemplo, muitos servidores mostraram-se preocupados com problemas de saúde ligados ao trabalho, especialmente as lesões por esforço repetitivo, LERs, e depressão. São problemas acentuados pela cobrança de produtividade e intensificação das rotinas de trabalho nos diferentes setores.

No Judiciário também está presente a discussão sobre atividade-meio e atividade-fim, e já são concretas as experiências de terceirização em áreas como informática, transporte, segurança e limpeza. Nos Seminários os servidores igualmente demonstraram preocupação com a possibilidade de que tais experiências se disseminem, até porque fica a critério

do governo e da Administração definir o que são atividades-meio e atividades-fim.

Todas essas questões fazem parte da discussão sobre o Plano de Carreira e revelam que, antes de o projeto chegar ao Legislativo, já haverá uma primeira grande batalha dentro do STF. A luta, portanto, se dará em um cenário complexo, que exigirá a organização dos trabalhadores.

Em setembro o SINTRAJUSC distribuiu adesivos com a imagem do Seu Gregorinho para divulgar a página do Sindicato na internet, onde estão os enlaces para o BLOG e a RÁDIO. Os adesivos também foram enviados por Correio para todos os locais de trabalho fora da Capital, junto com o informativo SINTRAJUSC NOTÍCIAS número 6. A página tem atualização diária.

CARTA

Caro Dr. Marcus,

Tenho absoluta certeza de que o senhor está na presença de Deus, pois o senhor foi um dos justos de que nos fala o Livro do Gênesis.

E lá deve estar exercitando o seu lado meio irônico e, com um sorriso atravessado, ficar observando nossas pequenas mazelas, nossas pequenas (às vezes imensas) vaidades com o distanciamento que agora é possível.

Lembro como se fosse ontem nossa última conversa (porque nunca sabemos que é a última para podermos nos apressar e dizer as palavras que calamos, os sentimentos que naquela hora parecem insignificantes?)

Nela, com a franqueza que lhe era típica, o senhor dizia que o trabalho deve ser feito com paixão, ou como disse o Vanderlei Ricken, também na roda do papo, com "tesão".

E paixão, tesão pelo que fa-

zia o senhor tinha até demais, mais do que era saudável como agora sabemos, infelizmente muito tarde...

Mas era essa paixão que me encantava, esse acreditar sem dúvidas na importância social do nosso trabalho, do nosso papel de servidores, prestadores do serviço que se destina à sociedade, independente do cargo ocupado.

Nos primórdios da nossa amizade o senhor me deu um livro de poesias: "Pedra D'Ara", de Helena Amond e na dedicatória escreveu que eu faço da minha vida em prol dos outros a minha pedra d'ara (a pedra do altar). Pois o senhor fez do seu trabalho, do seu amor à Justiça a sua pedra d'ara, a pedra do sacrifício.

E ao ver acrescentada a tantas lembranças da rampa (greves, cantoria do Hino Nacional, o choro da traição, os gritos de vitória) a última vez em que o senhor a desceu, eu me lembrei do desejo que exprimi no primeiro cartão de

Natal que mandei para o senhor: que os ventos fiquem às suas costas; que o sol permaneça à sua frente; e que até nos reencontrarmos o senhor fique (e acrescento agora: finalmente) na palma da mão de Deus.

*Com carinho,
de sua amiga Denise*

P.S.: Sinto muita saudade...

AGENDA

Outubro

Dia 6 - Assembléia Geral, às 13h, no auditório do TRT

Dias 18 e 19 - Congresso Extraordinário do SINTRAJUSC na sede social do Campeche

Dia 18 - Reunião da Diretoria Executiva da Fenajufe em Brasília

Dia 19 - Seminário sobre Saúde do Trabalhador em Brasília

Carreira à vista ou aumento em prestações?

Por que, depois de três PCs, discutir Carreira? Por que não fazer um PCS4? Não é melhor já garantir vencimento mais alto? Esses são algumas perguntas que os Coordenadores do Sindicato ouviram nos Seminários em Florianópolis e fora da Capital realizados em agosto e setembro. E a resposta é que cada trabalhador do Judiciário precisa, sim, participar da discussão e se fazer ouvir, desta vez no Congresso Extraordinário do Sindicato, marcado para os dias 18 e 19 de outubro na sede social da Praia do Campeche, em Florianópolis.

O evento foi aprovado no Seminário Estadual sobre Carreira, Redução de Jornada de Trabalho e Saúde, realizado no dia 13 de setembro no auditório da Justiça Federal na Capital. A pauta do Congresso terá apresentação das propostas dos trabalhadores para o Plano de Carreira, Trabalho de Grupos e Plenária, consolidando a proposta de Santa Catarina a ser levada para a Fenajufe.

A Federação já encaminhou ao diretor geral do Supremo Tribunal Federal, Alcides Diniz, ofício indicando o nome do representante para integrar a comissão interdisciplinar que irá elaborar a proposta de Plano de Carreira dos servidores do Judiciário Federal. O documento é em resposta ao convite feito pelo STF para que a Fe-

deração faça parte da comissão interdisciplinar. O indicado foi o coordenador geral Ramiro López, e a Fenajufe solicitou que seja ampliada a representação dos trabalhadores na comissão interdisciplinar, estabelecendo uma comissão paritária.

O fato é que, no Judiciário Federal, está em preparo uma mudança profunda no modo de se pensar a prestação jurisdicional. De pensar e de fazer. E essa mudança está ancorada numa lógica de mercado que irá produzir efeitos perversos na vida dos trabalhadores. Basta avaliar o que se tem noticiado a partir de Brasília.

Cúpula do Judiciário

Em agosto o presidente do STF e do CNJ e os presidentes dos Tribunais Superiores, Regionais, de Justiça, do Trabalho e Eleitorais assinaram a "Carta do Judiciário" e em dezembro pretendem lançar oficialmente o Planejamento de Estratégia e Gestão para o aperfeiçoamento e a modernização da Justiça brasileira.

A "Carta do Judiciário" já incorpora, em seu discurso, expressões cada vez mais presentes nos Tribunais, ao falar em "proatividade, eficiência, economicidade e gestão democrática". No dia em que a Carta foi divulgada, o CNJ apresentou dados segundo os



Seminário Estadual aprovou realização de Congresso em outubro

quais, de 2006 para 2007, os Juizados Especiais Federais, por exemplo, tiveram um acréscimo de 14% no volume de processos. São quase 170 mil novas ações de um ano para o outro, mas o número de juízes aumentou 8%. Para enfrentar essas questões, o CNJ disse estar montando "núcleos de estatísticas" e "gestão estratégica" dentro nos tribunais.

Assim dito, tudo isso parece cheio do mérito. A questão está no como fazer. E para ter pistas basta olhar por trás do discurso. Nas palavras de conselheiro Mairan Maia Júnior, a idéia é formar "laboratórios de homens que, no lugar dos jalecos brancos, usem ternos, mas trabalhem igualmente em experiências para criar antídotos contra a lentidão". Mais servidores, melhores condições de trabalho? Não. E quem responde é o próprio ministro Gilmar Mendes.

No início de setembro o CNJ definiu novos critérios que limitam a criação de cargos no Judiciário. A "política de austeridade" quer acabar, segundo Mendes, com a lógica de que a Justiça precisa de mais magistrados, mais servidores e de prédios novos para dar conta do volume de processos.

Já com base nos novos critérios, o CNJ determinou a redução no número de cargos reivindicados por quatro diferentes TRTs. O de São Paulo, por exemplo, pediu 1.111 novos cargos e ficou com 880. O TRT de Minas Gerais pleiteou 753 e recebeu 200 cargos. Mendes disse o seguinte a um jornal de São Paulo: "O meu sonho é que tivéssemos algo como os Procons". Pequenas causas, resultados rápidos. Nada de cidadão. Quem busca a Justiça, na concepção de Mendes, tem que ser tratado como cliente, consumidor.

Prestação jurisdicional corre o risco de virar mercadoria

A conversa do ministro Gilmar Mendes torna compreensível o trabalho que a Fundação Getúlio Vargas, a FGV, faz em 11 Tribunais país afora, inclusive no TRT de Santa Catarina, a partir da lógica de Estado Mínimo com o Máximo de Resultados. Mas à custa do quê? De quem? A FGV assim carrega para dentro dos Tribunais, em pedacinhos, o que apontava o texto da proposta de reforma do Judiciário, receitada pelo Banco Mundial para modernizar as estruturas da Justiça ao gosto da onda de privatizações dos anos 90.

A lógica continua a mesma, mas mudou-se a estratégia: mor-

der aos poucos, tudo mascarado pelo discurso das boas intenções. O resultado, porém, será o mesmo, e se enquadra num projeto maior para o serviço público, já evidente, por exemplo, no Executivo.

Luta contra a privatização

Em Santa Catarina, trabalhadores do Hemosc e do Cepon estão denunciando a pressão e assédio que sofrem para a assinatura de um termo pleno de consentimento para a cedência dos servidores a uma entidade privada. A Fundação de Apoio ao Hemosc e Cepon (FAHECE) – entidade de

direito privado chamada de Organização Social - passou a administrar as unidades. A assinatura do termo traz uma série de perdas de direitos assegurados pela Lei nº323, o Plano de Cargos e Vencimentos dos servidores da saúde.

Além disto, busca-se privatizar os serviços do Cepon e Hemosc, através do atendimento a convênios privados em detrimento do SUS. Saúde vira mercadoria, tanto melhor para quem paga mais.

Nessas situações, os trabalhadores são forçados a se adaptar, trabalhar mais, buscando "dar conta" do serviço. Quem não se adapta é visto como improdutivo

e ineficiente. Nos dois casos, o corpo sofre, a saúde fica debilitada.

Por tudo isso é que precisamos ampliar a luta. Por isso precisamos de Carreira, um instrumento fundamental para o trabalhador no serviço público não ficar refém da lógica de mercado, cada vez mais presente no Judiciário, e também para combatê-la.

O fato é que a discussão e a luta pelo Plano de Carreira se darão nesse cenário complexo, que desafia a capacidade de organização dos trabalhadores. Antes de o projeto chegar ao Legislativo, já haverá uma primeira grande batalha dentro do Supremo.

Rodrigues Viana

CONGRESSO&CONGRESSO

Dia 18, sábado

9h - Abertura e aprovação do Regimento

9h30 - Apresentação das propostas dos servidores em relação à Carreira

12h - Almoço

14h - Trabalho de Grupos

Dia 19, domingo

9h - Plenária final para definir a proposta de Santa Catarina sobre Carreira

12h - Almoço

Eleição de delegados

Os delegados serão eleitos por local de trabalho, sendo 01 delegado para cada 10 (dez) servidores (ou fração). Somente os servidores filiados poderão ser eleitos delegados e suplentes. A eleição deverá ser registrada em Ata assinada pelos servidores votantes lotados naquele local de trabalho, devendo ser entregue pelos delegados no momento do credenciamento.

Os nomes dos delegados e respectivos suplentes deverão ser informados ao sindicato, via e-mail, até às 18 horas do dia 14 de outubro do corrente ano.

Os nomes dos delegados devem ser enviados para a conta de e-mail:

carreira2008@sintrajusc.org.br

Pontos que foram consenso na Reunião Ampliada da Fenajufe

- 1) Conceituação de carreira, cargo e classe na lei;
- 2) Definir as atribuições dos cargos em lei para evitar o desvio de função e a terceirização;
- 3) Garantir que não haja terceirização nos cargos da carreira;
- 4) Definição de critérios objetivos e democráticos para as FCs e Cargos em Comissão;
- 5) Paridade entre ativos e aposentados;
- 6) Desvinculação dos cursos em relação aos cargos e FCs para concessão de adicional de qualificação;
- 7) Melhoria da remuneração;
- 8) Desenvolvimento na carreira;
- 9) Aumentos dos percentuais de adicional de qualificação;
- 10) Carreira única;
- 11) Quadro único para a mobilidade.

Paridade entre ativos e aposentados é luta do PCS e tem que estar na Carreira

Rodrigues Viana

A Reunião Ampliada da Fenajufe sobre Carreira, com caráter deliberativo e critério de participação definido, será realizada nos dias 29 e 30 de novembro em Brasília.

Até lá, os Sindicatos da base da Fenajufe continuam a aprofundar o debate com os trabalhadores. Em Santa Catarina será realizado o Congresso Extraordinário do Sindicato nos dias 18 e 19 de outubro (veja ao lado).

Além de assuntos bem específicos, como a definição de cargos, formas de promoção e progressão e destino das FCs, há questões mais amplas.

Os trabalhadores do Judiciário precisam definir os caminhos para lutar pela carreira da categoria e contra a privatização e precarização do nosso trabalho. Há que se avaliar também o fato de em dezembro será paga a última parcela do PCS3, e a discussão de



Trabalhadores discutiram temas como cargos, FCs e jornada de trabalho no Judiciário

uma nova tabela também fará parte da discussão maior sobre Carreira. Além disso está a defesa da paridade entre ativos e aposentados, garantida nos três PCS.

Com relação às atribuições dos cargos, os participantes da Reunião Ampliada avaliaram que

todas devem ser mencionadas no Projeto de Lei. Isso pode evitar desvios de função e combater a política de terceirizar e privatizar setores e atividades. Definir tudo no PL é evitar problemas depois, na hora de regulamentar a lei, outra etapa da luta.

Terceirização avança no Judiciário Federal

Proposta de gestores também inclui contratos "flexíveis" por tempo determinado

No Seminário Estadual sobre Carreira, Redução de Jornada de Trabalho e Saúde, realizado no dia 13 de setembro, os trabalhadores já indicaram alguns pontos que podem estar na proposta de Santa Catarina para o Plano de Carreira do Judiciário Federal. A base das sugestões foi a sistematização dos Questionários recebidos pelo Sindicato em agosto e setembro, que pode ser vista no *banner* "Congresso Extraordinário discute Carreira", na página do SINTRAJUSC. No Congresso dos dias 18 e 19 de outubro os trabalhadores irão definir a proposta de Santa Catarina a ser levada para a Fenajufe.

Na Reunião Ampliada da Federação, nos dias 30 e 31 de agosto, alguns temas foram alvo de consenso, como a necessidade de conceituação de carreira, cargo e classe na lei, assim como as atribuições dos cargos para evitar o desvio de função e a terceirização. Essa luta é fundamental para a nossa carreira porque, cada vez mais, a precarização das condições de trabalho se alastra no serviço público.

Basta analisar o discurso de gestores à frente de instituições como a FGV, a qual está aplicando seus métodos gerenciais em órgãos dos Três Poderes. Um deles, o professor Nelson Marconi, fez palestra no TRT e expressou idéias que revelam o futuro do Judiciário se não nos organizarmos para a luta.

Ele deu exemplos de quais seriam as carreiras típicas de Estado, mencionando, entre elas, juízes e promotores. O "resto do pessoal", acrescentou, pode trabalhar mediante diferentes formas, como estatutário, celetista ou terceirizado.

Ele defendeu a "flexibilidade contratual", expressa, por exemplo, nos contratos por tempo determinado, ligados a projetos que teriam prazo para começar e terminar. A terceirização, por sua vez, já está presente em áreas como segurança, limpeza e informática.

No Seminário Estadual, os trabalhadores discutiram também as formas de avanço na carreira e de avaliação, deixando claro que é preciso garantir que os servidores

não recebam vencimentos variáveis em função do desempenho que tiverem. Com relação às FCs, a Reunião Ampliada indicou o debate a partir de três possibilidades: extinção e redução e/ou manutenção a partir de critérios, inclusive para ocupação. A decisão irá depender dos servidores.

A Reunião Ampliada da Federação também encaminhou para discussão na categoria se a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e benefícios deve fazer parte da luta pelo Plano de Carreira ou se é melhor que seja encaminhada separadamente. Não houve consenso em relação ao tema.

O certo é que o grande número de horas extras revela que está faltando trabalhador e a Administração tem que abrir concurso. Muitos Tribunais já fazem seis horas, e é preciso ampliar a jurisprudência em relação aos exemplos de redução da jornada com ampliação de atendimento. Essa é uma luta a ser feita com os demais servidores públicos federais.

Trabalhadores do TRT reclamam do plano de saúde da GEAP

Trabalhadores do TRT que pagam plano de saúde da GEAP estão descontentes com o atendimento, principalmente em cidades fora da Grande Florianópolis. Em reunião com o Superintendente Estadual da GEAP em setembro, a Coordenação Geral do SINTRAJUSC apontou os principais problemas e cobrou que a Fundação se empenhe em ampliar o número de médicos e clínicas credenciadas no interior do Estado. O Sindicato também enviará ofício à Administração do TRT relatando as dificuldades apresentadas pelos trabalhadores do Tribunal.

Apesar de as entidades do serviço público federal terem como luta histórica a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), não se ignora que os trabalhadores que podem pagar buscam cada vez mais os serviços privados de saúde. Em tais serviços, porém, a saúde é vista como mercadoria, não como direito, e os contratos seguem as regras de mercado. As grandes operadoras brigam para entre si para disputar clientes, e os médicos, profissionais liberais, também oferecem ou não os seus serviços através dos planos de saúde disponíveis. A GEAP, que atua

junto aos servidores públicos federais, concorre com as demais operadoras para atrair médicos, clínicas e hospitais.

Problemas

Nos Seminários Regionais para discutir Carreira, Redução de Jornada e Saúde, o Sindicato ouviu reclamações principalmente nas regiões Oeste e Norte. Em Lages, os trabalhadores no Foro Trabalhista se organizaram e cobraram a presença da GEAP para falar sobre os problemas. A reunião aconteceu no dia 21 de agosto. Os servidores dizem que a prestação odontológica e hospitalar é satisfatória. As maiores dificuldades são encontrar profissionais credenciados em 12 especialidades e ter poucas opções em outras 9 especialidades.

Também há reclamações quanto à dificuldade de comunicação com a GEAP, que não oferece o serviço 0800, e à falta de respostas da Fundação quando os usuários do plano apontam problemas. Na reunião, os trabalhadores reivindicaram que a GEAP designe um representante que faça visitas periódicas à região de La-



Coordenadores reuniram-se com superintendente da Fundação

ges ou que abra um escritório no município.

O superintendente da GEAP, Floriano José Martins, disse aos Coordenadores do SINTRAJUSC que a Fundação tem dificuldades para interiorizar o atendimento, considerado satisfatório na Capital.

Segundo ele, foram criados Grupos de Trabalho para visitar consultórios e clínicas. O trabalho já foi realizado em Rio do Sul, Lages e Criciúma. “Estamos convidando os médicos a fazer parte da GEAP”, disse Martins. Ele também informou que a Fundação está buscando contornar as dificulda-

des encontradas em consultórios e clínicas que ainda não informatizaram as rotinas de atendimento aos pacientes e não conseguem usar com eficiência os serviços disponibilizados pela GEAP via internet. A reunião foi acompanhada do médico do trabalho Roberto Ruiz, que foi o palestrante sobre saúde nos Seminários Regionais realizados pelo Sindicato.

Telefone

O telefone da GEAP é 48-2106-6300, com custo de ligação local.

JURÍDICO

Servidores têm PSSS a receber

Um total de 202 servidores do TRE-SC que têm conta corrente na CEF recebeu em setembro o valor do PSSS (11%) retido pelo Juízo na ação da URV.

Apenas um grupo de servidores (veja a lista) não tiveram o valor depositado porque seus dados estão incompletos e falta regularizar a situação. Se o seu nome está nesta lista, entre em contato com Fernando no SINTRAJUSC (telefone 48-32224668) ou envie e-mail para: juridico@sintrajusc.org.br

RELAÇÃO DE NOMES

Alice Kimmel (Ruth Kimmel Cruz falecida)
Aurea Leal Moura
Clóvis Brisighelli Salles (exonerado)
Eduardo Felipe Silva Castro
Espólio de David Gomes Mendonça

Espólio Jeny Silva Gandolfi
Fernanda de Albuquerque Quint (exonerado)

Gina Vieira Velho
Hend Miguel Cavalcanti
João Sebastião de Andrade
Maria de Lourdes Tancredo
Maria Natalina da Silva
Marisley Gomes Silvério
Mônica Mendes de Oliveira (exonerado)

Monique V. Hertwing Bittencourt
Nathália Moreira Leite
Rogério Pereira (requisitado)
Terezinha Teixeira Nunes

Novo endereço

A Filial em Florianópolis do escritório Pedro Maurício Pita Machado Advogados Associados está em novo endereço. O prédio é o mesmo, o Ceisa Center, mas mudam o Bloco e as Salas: Bloco C, Conjunto 1102.

Imposto de Renda

Os Processos de Execução do Imposto de Renda cobrado a mais no período de 1992/1993 e recentemente ajuizados tramitam normalmente em diferentes fases. Na imensa maioria dos demais, ajuizados há mais tempo, a União apelou da sentença de Embargos. Depois das contra-razões que serão apresentadas pelo advogado do Sindicato, os Processos serão remetidos ao TRF da 4ª Região, em Porto Alegre.

Gratificação judiciária

No dia 1º de outubro o advogado Pedro Pita Machado, da assessoria jurídica do Sindicato, teve audiência com o ministro Og Fernandes, novo relator do Recurso Especial 456.932, que trata da Gratificação Judiciária dos servidores da Justiça do Trabalho. A ação foi ajuizada ainda em 1992, pelo antigo Sitraesc, e foi julgada

precedente, tendo o TRF confirmado a sentença em apelação (1997) e embargos infringentes (2001). No STJ, o Recurso Especial ficou cinco anos com o antigo relator, Ministro Hamilton Carvalhido, até sua aposentadoria, sendo redistribuído ao seu sucessor, o Ministro Og Fernandes.

Pita Machado disse ao Ministro que vários substituídos processuais já completaram mais de 60 anos de idade, alguns adoeceram e que houve até casos de falecimento: “Chamamos a atenção do Relator, além da demora, para a necessidade de prestigiar as ações coletivas”.

Segundo o Ministro Fernandes, há um grande acúmulo de processos no gabinete e um número insuficiente de funcionários, mas determinou à sua assessoria que providenciasse o exame imediato do processo para verificar se há condições de ir rapidamente à pauta de julgamentos.

Transparência nas contas

O Sindicato publica nesta edição o Balancete ao lado para atender ao que foi deliberado na Assembléia Geral Extraordinária no dia 13 de setembro, quando foi autorizado o uso do Fundo de Mobilização e Greve para fazer frente às despesas com a mobilização e luta pela construção do Plano de Carreira.

Os seis Seminários Regionais realizados pelo SINTRAJUSC (Chapecó, Criciúma, Joinville, Blumenau, Lages e Florianópolis) abriram um processo que irá se enlaçar com a discussão nacional e, em 2009, mobilizar os servidores na ativa e aposentados do Judiciário Federal.

A metodologia aplicada para levar a discussão à categoria iniciou com a coleta e discussão de propostas, que contou com visitas a vários locais de trabalho no estado e debate sobre temas fundamentais como Cargos, Progressão Funcional, Promoção, Jornada de trabalho, Ascensão Funcional, Terceirização e FCs.

Os servidores do Judiciário também tiveram à disposição um questionário disponibilizado na página do Sindicato. Tanto os questionários quanto os seminários foram considerados a forma mais democrática e participativa possível e que irá culminar na realização do Congresso Extraordinário em outubro.

O Sindicato convidou, para o Seminário, palestrantes para discutir saúde, como os médicos Roberto Ruiz e Herval Pina Ribeiro, e também para aprofundar o debate a partir de experiências de outras categorias, como a Federação dos Trabalhadores nas Universidades Brasileiras, Fasubra.

Tanto no Conas quanto no Cojaf também foram apontados encaminhamentos para a discussão geral de Carreira, estimulando o envolvimento dos trabalhadores na luta.

DESPESAS COM A MOBILIZAÇÃO PELO PLANO DE CARREIRA

SEMINÁRIO EM CHAPECÓ - 06/08/2008		
	DESPESAS ALIMENTAÇÃO - Jantar e diárias	903,00
6/8/2008	DESPESAS TRANSPORTE - Combustível/passagens aéreas	2.318,69
8/8/2008	HOSPEDAGEM - Palestrantes e equipe	833,04
7/8/2008	PALESTRANTE	950,00
		5.004,73
SEMINÁRIO EM CRICIÚMA - 14/08/2008		
14/8/2008	DESPESAS ALIMENTAÇÃO - Jantar e diárias	250,00
12/8/2008	DESPESAS TRANSPORTE - Combustível/passagens aéreas e terrestres	1.170,56
14/8/2008	PALESTRANTE	950,00
		2.370,56
SEMINÁRIO EM JOINVILLE - 21/08/2008		
21/8/2008	DESPESAS ALIMENTAÇÃO - Jantar e diárias	484,53
21/8/2008	DESPESAS TRANSPORTE - Combustível/passagens aéreas e terrestres	157,53
21/8/2008	PALESTRANTE	950,00
		1.592,06
SEMINÁRIO EM BLUMENAU		
28/8/2008	PALESTRANTE	950,00
		950,00
SEMINÁRIO EM LAGES		
29/8/2008	PALESTRANTE	950,00
		950,00
SEMINÁRIO EM FLORIANÓPOLIS		
22/8/2008	PALESTRANTE	5.750,00
5/8/2008	IND. EDITORA GM LTDA ME	680,00
		6.430,00
CONAS		
14/8/2008	DESPESAS ALIMENTAÇÃO - Diárias	400,00
14/8/2008	HOSPEDAGEM	550,00
19/8/2008	DESPESAS TRANSPORTE - Passagens aéreas	2.362,48
		3.312,48
COJAF		
15/8/2008	DESPESAS ALIMENTAÇÃO - Diárias	150,00
16/9/2008	HOSPEDAGEM	585,00
15/8/2008	DESPESAS TRANSPORTE - Passagens aéreas e táxi	3.536,96
		4.271,96
VIAGEM A PORTO ALEGRE - SEMINÁRIO DO SINDJUFÉ		
5/8/2008	DESPESAS TRANSPORTE - Passagens aéreas e locação de veículo	392,04
5/8/2008	HOSPEDAGEM	330,58
		722,62

A mensalidade diminuiu; a luta, não



A conquista da Carreira irá depender da disposição de luta dos trabalhadores do Judiciário Federal.

Por isso é importante a filiação ao Sindicato, buscando cada vez mais o fortalecimento da entidade.

Em resposta à deliberação aprovada no Congresso

do SINTRAJUSC realizado em Itá no ano passado, a mensalidade sindical foi reduzida.

De acordo com a proposta aprovada pelos trabalhadores, desde janeiro de 2008 a mensalidade é descontada sem considerar o valor da Previdência. E desde julho de 2008 o Sindicato faz o desconto sem considerar os valores do IRPF.

Lembramos que antes daquele Congresso, vários servidores se manifestaram

sobre o assunto, via e-mail, apresentando sugestões para subsidiar o debate.

O valor da mensalidade era um dos argumentos utilizados por vários servidores para não se filiar ao Sindicato.

É fundamental que a categoria fortaleça a entidade que a representa, uma vez que os benefícios conquistados pelo Sindicato abrangem todos os servidores, filiados ou não.